

Gesto simbólico de pagamento

por Maria Helena Tachinardi
de Brasília

O ministro da Economia, Marçílio Marques Moreira, disse na sexta-feira que o Brasil fará um pagamento simbólico de sua dívida atrasada com o Clube de Paris. "Vamos pagar alguma coisa mas é uma parte bastante reduzida. Será um gesto de boa vontade mais que um pagamento substancial", afirmou, logo após ter-se reunido com embaixadores do Grupo dos Sete países mais ricos (G-7), no Itamaraty.

O ministro não quis adiantar, porém, quanto será desembolsado para pagar os atrasados. "Estaremos negociando com o Clube de Paris somente nos dias 24 e 25, quando daremos publicidade à proposta." O governo reuniu os embaixadores do G-7 novamente porque essa última se mostrou eficiente nas negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI). "É um apoio muito importante e nós vimos isso no caso do FMI", disse.

Na preparação do terreno para as conversações com o Clube de Paris o governo incluiu o café da manhã com os diplomatas es-

trangeiros, na sexta-feira. O presidente do Banco Central, Francisco Gros, viajou no final de semana ao Japão. Também viajaram no final de semana o secretário especial para Assuntos Econômicos, Roberto Macedo, e o negociador da dívida externa, Pedro Malan, aos Estados Unidos e Canadá.

REESCALONAMENTO

Segundo o ministro, a proposta brasileira "é de reescalonar todos os débitos atrasados, incluindo os que já foram previamente reescalonados, o que usualmente o Clube de Paris não faz". Essa é a parte não convencional da negociação, para a qual o Brasil está pedindo apoio do G-7. Marques Moreira reconhece que "seria um montante muito pesado para o Brasil" e que o governo pedirá um tratamento de exceção.

Na conversa com os jornalistas, o ministro disse que os embaixadores admitiram ser esse procedimento "não usual", mas que alguns países já conseguiram reescalonar o que já fora reescalonado anteriormente. Ele explicou que o Brasil não pode arcar com o ônus dos vencimentos atrasados, de cerca de US\$ 8,4 bilhões. "Esse é exata-

mente o ponto principal. Temos não só esses atrasados como também os vencimentos de 1992-93", comentou. O ministro informou que a proposta brasileira pede que os atrasados e a dívida a vencer, da ordem de US\$ 13,5 bilhões, sejam tratados em conjunto.

O argumento principal das autoridades brasileiras é que o Brasil não pode "comprometer o objetivo prioritário de uma política fiscal austera" porque nos próximos anos "queremos retomar a nossa capacidade de investir na economia", afirmou o ministro.

Ele definiu a proposta brasileira como "simétrica", isto é, o Brasil dará o mesmo tratamento aos credores oficiais e aos bancos privados. Mas salientou que com o Clube de Paris será necessário um "tratamento conveniente" porque dos governos o Brasil espera "muitos recursos novos, ao contrário dos bancos". O ministro lembrou que foi bem-sucedido em suas conversas no Japão, de onde voltou com a promessa de que o Eximbank japonês está disposto a conceder créditos de US\$ 1,7 bilhão a projetos já negociados. De outros países o governo espera a reab-

tura dos seguros de crédito à exportação.

Consultada por este jornal, a embaixada da Grã-Bretanha informou que o "Export Credit Guarantee Department" não interrompeu suas garantias à exportação para o Brasil. Os embaixadores presentes ao café da manhã (a Grã-Bretanha e a Itália enviaram seus encarregados de negócios) não quiseram comentar a proposta brasileira; assessores das embaixadas disseram, porém, que "a proposta é confidencial". Um diplomata francês lembrou apenas que seu país teve um papel positivo nas negociações entre o Brasil e o FMI.

O Brasil rubricou na sexta-feira, em Varsóvia, um acordo de reescalonamento da dívida bilateral, da ordem de US\$ 2,5 bilhões. Esse é o montante depois do perdão de metade dos débitos concedidos pelo governo brasileiro. Segundo o ministro da Economia, o acordo é importante porque agora a Polônia poderá começar a pagar "com juros acima do nosso custo de financiamento", graças à redução do montante. Há dez anos a Polônia não pagava sua dívida com o Brasil.